

OS ANÕES E OS MENDIGOS: UM ROMANCE À CLEF DISTÓPICO?

Os anões e os mendigos: a novel à clef dystopian?

Francisco Topa¹

RESUMO: O artigo aborda o romance *Os anões e os mendigos* (1984), do escritor angolano Manuel dos Santos Lima, discutindo a possibilidade de se tratar de uma obra à *clef* distópica. O autor defende que, apesar da possibilidade de aproximar espaços, personagens e ações de figuras e factos da história recente de Angola, o livro tem uma dimensão alegórica — em parte resultante do aproveitamento do texto bíblico — que lhe garante um alcance mais vasto. Por outro lado, sustenta que os vários sinais de distopia que se observam no romance não são suficientes para que ele possa ser enquadrado nessa categoria.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura angolana; Manuel dos Santos Lima; distopia; sátira.

ABSTRACT: The article considers the novel *Os anões e os mendigos* (1984), by the Angolan writer Manuel dos Santos Lima, discussing the possibility of being a dystopian novel à *clef*. The author argues that, despite the possibility of approaching spaces, characters and action from figures and facts of the recent history of Angola, the book has an allegorical dimension — partly resulting from the use of the biblical text — which guarantees a wider reach. On the other hand, maintains that the various signs of dystopia occurring in the novel are not enough so it can be classified in that category.

KEYWORDS: Angolan Literature; Manuel dos Santos Lima; dystopia; satire.

Uma das mais prováveis reações do leitor comum perante *Os anões e os mendigos* coincidirá com a do autor da “Epístola a Critilo” que precede as *Cartas chilenas*:

Vejo, ó Critilo, do chileno chefe,
tão bem pintada a história nos teus versos,
que não sei decidir qual seja a cópia,
qual seja o original. Dentro em minha alma
que diversas paixões, que afetos vários
a um tempo se suscitam! Gelo e tremor,
umas vezes de horror, de mágoa e susto;

¹ Docente da Universidade do Porto, Portugal.

outras vezes do riso apenas posso
resistir aos impulsos. Igualmente
me sinto vacilar entre os combates
da raiva e do prazer. (Gonzaga, 1957, p. 183).

Composta no final de setecentos e só publicada meio século depois, esta sátira — que chegou até nós anônima, mas que se sabe hoje ter sido escrita pelo luso-brasileiro Tomás António Gonzaga — constitui um bom exemplo de texto à *clef*: os desmandos do governador Luís da Cunha Meneses e seus protegidos são criticados sob um manto ficcional muito transparente, permitindo que o leitor entenda com facilidade Espanha por Portugal, Santiago do Chile por Vila Rica, Fanfarrão Minésio por Luís da Cunha Menezes, Silverino por Joaquim Silvério dos Reis, etc. É claro também o motivo que justifica o recurso à chave: mais do que uma estratégia de defesa — numa época em que a sátira tinha restrições legais e podia justificar outras perseguições e a própria morte —, trata-se de um recurso retórico que, mais revelando que escondendo, enfatiza a crítica.

Em *Os anões e os mendigos* encontramos um jogo de tipo semelhante: ao fim de poucas linhas, o leitor mais desprevenido encontra — ou julga ter encontrado — a chave para uma série de antropônimos e de topônimos, fazendo assim corresponder Agostinho Neto a Davi Demba, Aquitofel Amu a Holden Roberto, Absalão Katamna a Viriato da Cruz, Recab Sissoko a Mobutu Sese Seko, ou Costa da Prata a Angola, Nautilândia a Portugal, República do Cobalto à atual República Democrática do Congo, etc. A continuação da leitura mostra contudo que a chave não serve ou só abre metade da porta.

De facto, mesmo o leitor menos familiarizado com a história recente de Angola não tarda a perceber que são muitas as divergências, tanto em relação às personagens como no que diz respeito aos países. Nota também que certos traços ou vivências atribuídos a uma determinada figura correspondem historicamente a outras, sendo assim levado a aceitar a narrativa como romance. É este duplo movimento que evita que a obra se converta numa espécie de invetiva de âmbito restrito e retrospectivo e que atinja, pelos traços alegóricos que vai assumindo, um alcance mais vasto.

O primeiro ponto que serve de apoio ao movimento alegórico do romance diz respeito aos nomes — antropônimos e topônimos —, marcados por uma estranheza que reclama uma explicação.

Para as designações dos países, a interpretação parece simples. Santos Lima atribui aos antigos colonizadores um nome que destaca uma característica sua: em *Nautilândia* está em causa o passado dos portugueses como navegadores, ao passo que em *Flamilândia* se atribui à França o valor

simbólico do fogo (como fonte de calor e de luz e talvez também como força de destruição), sugerindo-se o papel de líder de que o país habitualmente se reclama. Do lado dos estados africanos, a designação destaca sempre os recursos, que podem ser naturais, de tipo agrícola (como em *República do Café*, que percebemos corresponder à atual República do Congo) ou de tipo mineral (como em *República do Ferro*, que parece identificar-se com Cabinda, ou *República da Mina*, que corresponderá à antiga Rodésia do Sul, atual Zimbabwe), mas que podem ser também de outro tipo, como em *Costa dos Escravos*. Com este procedimento, Manuel dos Santos Lima parece estar a justificar a primeira epígrafe, retirada do livro dos Juízes (18: 9-10):

Levantai-vos, vamos a eles, porque nós vimos que é um país muito rico e fértil; não sejais descuidados, não vos detenhais; vamos e ocupemo-lo, não vos custará trabalho algum. Entraremos num povo que vive em segurança num país muito espaçoso, e o Senhor nos dará um lugar onde não falta nada daquelas coisas que são produzidas na terra.²

Vejamos o contexto em que se integra o fragmento citado. Está em causa a tribo de Dan, uma das doze de Israel, que procurava uma terra para habitar, tendo encarregado alguns dos seus membros de encontrar uma solução. Chegados a Laís, “viram que o povo ali residente vivia em segurança, tranquilo e confiante” (Jz, 18: 7), pelo que os enviados respondem depois aos seus companheiros com o discurso que Lima utiliza como epígrafe. O livro narra em seguida a partida dos danitas para Laís e a conquista e destruição da cidade: “Atacaram aquele povo tranquilo e desprevenido, passando-o ao fio de espada; à cidade, deitaram-lhe fogo e incendiaram-na. Não houve quem acudisse, pois ela ficava longe de Sídón, e eles não tinham relações com ninguém” (Jz, 18: 27-8).

Com a epígrafe em causa e este modo de designar os estados africanos, Manuel dos Santos Lima filia África e os seus países numa longa história de espoliações, identificando os colonizadores, antigos e novos, com as Tribos de Israel que se julgavam ungidas por Deus e com direito a disporem de terras e de pessoas. Por outro lado, o autor sugere também uma desencantada explicação para a desgraça que domina o continente: a causa da pobreza africana é a sua riqueza em produtos, hoje naturais, noutros tempos em mão-de-obra escrava.

² Nesta como noutras epígrafes retiradas da Bíblia, a versão do livro afasta-se um pouco das versões mais comuns, acontecendo o mesmo com a grafia de alguns nomes. Em todos estes casos, mantive a forma que vem no romance.

Em vários momentos, o narrador apresenta aliás exemplos de uma colonização de rapina. Logo na primeira parte, conta a história de uma localidade onde fora descoberta bauxite:

Foi guardado segredo até à construção do caminho-de-ferro em direcção ao mar. Vieram engenheiros e militares para conter as tribos rebeldes ao progresso. A vila ergueu-se em poucos meses e foi próspera durante o tempo previsto pelos técnicos metropolitanos, isto é, doze anos. Depois despovoou-se quase de um dia para o outro. Os brancos foram-se embora com as máquinas abrir outras minas mais longe, deixando aos homens de tanga as bocas silenciosas dos buracões onde caíam as suas interrogações sem resposta, e donde se exalava um cheiro de morte lenta que dava às casas um ar de jazigos (Lima, 1984, p. 20).³

Esta ideia fica condensada de modo lapidar na figura do abutre, em torno da qual Santos Lima elabora interessantes variações imagéticas:

De botas e capacete, seria um administrador colonial. De chapéu de palha e máquina fotográfica pendurada ao pescoço, passaria por velho turista lúbrico e ávido de exotismo. Com charuto e pasta, dir-se-ia um homem de negócios, agente ou conselheiro, apreciador de acepipes. E a todos serviria com o mesmo olhar sagaz de diplomata astuto (idem, p. 15).

Passemos agora aos antropónimos, cuja estranheza resulta do carácter incomum de muitos deles e do facto de os prenomes serem de origem bíblica, concretamente veterotestamentária. Considerando todas as personagens, incluindo portanto os figurantes, teremos um total de 73 nomes deste tipo, maioritariamente masculinos (os nomes de mulheres constituem cerca de 20% do total). Como seria de esperar atendendo à natureza da intriga, há certas tipologias que se destacam, a saber: os reis e chefes de povos (como Davi, Atália, Joaquim, Dan, Gad, Aser, Jeú ou Baasa); os guerreiros e comandantes militares (como Recab, Absalão, Joab, Abner, Benur, Josué, Baana ou Urias); os profetas (como Elias, Eliseu ou Jeremias); e as figuras de contornos messiânicos (como Davi ou Emmanuel).

Outra observação tem que ver com o facto de raramente haver ligação entre o nome bíblico da personagem e as características que ela apresenta no romance. Há contudo exceções, a começar pelo protagonista: o

³ A partir de agora, indicarei apenas a página correspondente a cada citação do romance.

Davi de *Os anões e os mendigos*, embora não tenha propriamente matado nenhum Golias, sai vencedor do conflito com a Nautilândia e torna-se chefe de estado da Costa da Prata. No entanto, ao contrário da figura bíblica, não parece ter sido capaz de lançar as bases de uma nação solidamente estabelecida. Três das figuras que dele divergem têm também um prenome com alguma motivação:

— Absalão Katamna, que no romance é apresentado como o ideólogo da Api (Aliança Popular para a Independência) e como maoísta e mestiço que não reconhece em Davi o líder que o próprio e os outros proclamavam, sendo assim identificável, *grosso modo*, com Viriato da Cruz (*1928 †1973). Na Bíblia, Absalão é o terceiro filho de Davi, rebelando-se contra ele e tentando usurpar-lhe o trono.

— Aquitofel Amu, que em *Os anões e os mendigos* é dado como chefe da Pupi (Partido da Unidade Progressista para a Independência), movimento apoiado a partir de certa altura pela República do Cobalto, o que o aproxima da figura de Holden Roberto (*1923 †2007), fundador da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA e depois UPA) e da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). Na tradição bíblica, Aquitofel é um conselheiro de Davi, que acaba por trair ao juntar-se a Absalão.

— Jeroboão Bakary, de quem se diz ter sido Ministro dos Negócios Estrangeiros da Pupi e que “andara ao murro com Aquitofel e apoiado por movimentos dissidentes fundara o seu próprio movimento, a União Nacional” (p. 80), dados que permitem a sua identificação com Jonas Savimbi (*1934 †2002), fundador da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). De acordo com o I Livro dos Reis, Jeroboão, depois de ter servido ao rei Salomão, rebelou-se contra ele, reinando sobre dez das doze tribos de Israel.

Outro caso de motivação ao nível do prenome bíblico é o de Diná Bonfim. Retratada como militante da Api e defensora das mulheres, diz o narrador que “fora violada, torturada e morta de maneira atroz pelos pupistas” (p. 83), elementos que aproximam a personagem da figura de Deolinda Rodrigues (*1939 †1967). Ora, segundo o relato de Génesis, Diná, que era filha de Jacob e de Lia, foi raptada e violada por Siquém, um príncipe cananeu.

Ainda ao nível dos prenomes, temos mais duas ocorrências em que a origem bíblica se apresenta motivada: refiro-me aos dois nomes de ressonância messiânica, Davi e Emmanuel. Davi, como ficou já dito, é desde cedo apresentado como líder providencial:

Baixava-se a voz quando se falava dele e era ainda em nome de Davi que os iniciados à subversão pregavam como novo

evangelho a doutrina nacionalista e anunciavam o novo dia que ia chegar após a longa noite colonial (idem, p. 17).

Retomando, com alguma ironia, o famoso verso de Agostinho Neto que integra o poema “Adeus à hora da largada”, escreve mais à frente o narrador, fazendo referência ao retrato do protagonista saído num artigo de jornal: “Ele era o grande líder, aquele por quem se esperava. E revendo o seu passado, Davi convenceu-se de que era um instrumento da História” (idem, p. 50). Muitos outros momentos da obra dão conta do processo de divinização do líder, designadamente na primeira parte. Num comício, antes da independência, “a turba rezou de joelhos em sinal de reconhecimento àquele que, Santo e Messias, ia agir por ela” (idem, p. 91). Mais tarde, já constituído o governo no país independente, Davi alcunha os ministros do primeiro escalão com os nomes dos apóstolos de Jesus, ao mesmo tempo que se começa a falar num novo culto, o Dembismo.

Apesar disso, os sinais de fraqueza do líder estavam à vista desde o início: “Davi era lento e grave, sem nenhum humor e não sabendo galvanizar as massas” (idem, p. 55). As suas brincadeiras infantis, que aliás retoma no palácio presidencial, já indicavam a propensão megalômana:

E na memória brilhou-lhe o riso dela [a mãe] quando ele se mascarava de rei, de general, de chefe de polícia ou de cardeal e cantava, discursava, dava ordens ou pregava para as galinhas intrigadas. No fim da representação alvoroçava a capoeira para ouvir os cacarejos como aplausos. E os galináceos que menos o aplaudiam eram os primeiros a ser sacrificados para a próxima churrascada (idem, p. 61).

O segundo prenome de teor messiânico é Emmanuel: significando etimologicamente *Deus conosco*, foi o nome atribuído por Isaías ao filho que haveria de nascer de uma jovem virgem para libertar Jerusalém, profecia que seria concretizada na figura de Cristo. Em *Os anões e os mendigos*, Emmanuel é o comandante em chefe da Api, companheiro de Davi desde o tempo da universidade, afastando-se dele mais tarde, desiludido. Identificável com o próprio Manuel dos Santos Lima, a personagem reconhece e condena o falhanço da libertação:

Expulsos os colonialistas, dez, quinze anos depois, o milagre não se operou. Os africanos estão longe de ser nacional e socialmente livres e a maioria dos países do continente encontra-se hoje mais pobre do que antes da independência (idem, p. 25).

Além disso, sintetiza uma ideia subjacente a toda a intriga, o fracasso do marxismo:

Para mim o marxismo deixou de ser a ilusão e a esperança dos países pobres, porque ele não resolveu os problemas dos povos que o adoptaram e criou outros de que certamente esses povos se gostariam de libertar (idem, p. 27).

Não é portanto de Emmanuel que virá a solução para a Costa da Prata, como aliás a alegoria subjacente ao jogo dos nomes já o dava a entender: situando-se no tempo do Antigo Testamento, *Os anões e os mendigos* reclamam um tempo novo, ainda sem contornos definidos, mas certamente sem Messias.

Para encerrar a questão dos antropónimos, falta ainda considerar os apelidos, que de um modo geral são de origem africana, o que anula parcialmente a estranheza dos prenomes, ao mesmo tempo que africaniza um património e uma história simbólicos de que o continente tem estado à margem.

Há contudo nomes de família com uma origem diferente ou com peculiaridades. Neste último grupo conta-se *Sissoko*, que lembra parte do nome africano que Mobutu adotou em 1972, na campanha de africanização do país a que presidia: *Sese Seko* (Kuku Ngbendu Wa Za Banga). Quanto aos apelidos de outra origem, destacam-se O'Reilly (aplicado a Isaar, um mercenário canadiano) e Silva (aposto a Herodes, um nome do Novo Testamento que serve para designar o último governador da Costa da Prata, sublinhando criticamente a responsabilidade portuguesa na forma de transmissão do poder depois da independência).

É justamente no período que precede a independência do território que a violência se acentua, sinalizada por uma nova epígrafe retirada do Antigo Testamento. Neste caso a fonte é o livro do Êxodo:

Cada um cinja a sua espada ao seu lado; passai e tornai a passar de porta em porta através dos acampamentos, e cada qual mate o seu irmão e o seu amigo e o seu vizinho. E os filhos de Levi fizeram o que Moisés tinha ordenado, e cerca de vinte e três mil homens caíram naquele dia. E Moisés disse-lhes: consagrai hoje as vossas mãos ao Senhor, cada um em seu filho e em seu irmão, para vos ser dada a bênção (idem, p. 97).

Trata-se dos versículos 27 a 29 do capítulo 32, em que se dá conta da renovação da Aliança entre Deus e o povo de Israel, libertado do Egito

através de Moisés. Percebe-se sem dificuldade a analogia sugerida por Manuel dos Santos Lima: propondo-se aos seus concidadãos como novo Moisés, Davi imporá os mesmos sacrifícios, tendo em vista a consolidação da Aliança que acompanha o novo regime e que será pautada pela mesma obediência cega. É a partir de agora que a orientação satírica do romance passa a incluir momentos de distopia.

Na sua aceção mais comum, a distopia é uma espécie de utopia negativa ou anti-utopia, caracterizando-se pela crítica a uma utopia que derivou para o totalitarismo e a opressão⁴, promovida pelo Estado ou por instituições. Apresentando-se por vezes sob a forma de ficção científica, ela é usada amiúde para satirizar modelos ou tendências das sociedades contemporâneas.

Embora não seja uma distopia, o romance de Santos Lima vai mostrando, de várias maneiras e de modo progressivamente mais *cru*, a distância entre o ideal proclamado e o real efetivo, denunciando a violência do estado ditatorial instalado depois da independência da Costa da Prata. E são vários os momentos em que o autor se vale de modalidades discursivas distópicas, um tanto atenuadas de modo a não pôr em causa a verosimilhança da intriga.

Uma delas é o sonho: a certa altura, Davi Demba, já empossado como chefe de governo, sonha que o Feiticeiro-mor lhe aparece “numa chama de fogo que saía do meio de uma palmeira que ardia sem se consumir” (idem, p. 103), indicando-lhe o caminho a seguir. Mais uma vez, a paródia tem como fonte a Bíblia, neste caso o episódio da sarça ardente, narrado no capítulo 3 do Êxodo: Deus aparece a Moisés no meio de uma sarça que arde sem se consumir, anunciando-lhe que o escolheu para retirar o seu povo do cativeiro do Egito e conduzi-lo a uma terra de “leite e mel”. No caso de Davi, o caminho é o do socialismo, tanto mais que

A ideologia socialista defende a igualdade de direitos e a amizade dos povos. A cooperação económica entre os Estados socialistas e os jovens Estados nacionais da África é uma colaboração entre parceiros perfeitamente iguais em direitos, não implicando qualquer engajamento militar ou político, qualquer obrigação económica ou obrigação humilhante. A economia socialista é incompatível com a exploração do homem pelo homem e a opressão (idem, p. 104).

Impondo-lhe uma espécie de decálogo político e o casamento com a sua filha Utopia, o Feiticeiro-mor converte Davi em seu súbdito,

⁴ Sobre o tema, cf. Booker, 1994 e Vieira, 2013.

inaugurando através dele o seu reinado junto dos africanos. Com a transformação do protagonista, o mundo à sua volta assume contornos de clara distopia, aliás já presente no cenário do início do sonho, marcado pela ordem estandardizada, pelo controle e pela redução das pessoas a autómatos:

Estava numa praça em xadrez, espaçosa, perfeitamente quadrada, limpa e polida. Em cada canto um polícia ou um soldado enquadrando os cidadãos, em uniforme, estáticos e frios, repartidos em unidades movendo-se ao retardador, automaticamente e sempre bem alinhados. Eram reparadores, mecânicos e verificadores, todos parecidos como gémeos, e no meio deles Davi Demba, único herói vivo, único piloto e comandante supremo, acompanhado de Josué, segurando-lhe a pasta. Um grande relógio marcava um tempo sem conteúdo, como um buraco na eternidade (idem, p. 102).

Agora, depois da visão do Feiticeiro-mor, os traços distópicos correspondem, por um lado, ao culto da personalidade:

Erguei-me estátuas, dai o meu nome às avenidas e praças, às escolas e quartéis, aos vossos filhos e afilhados e que a minha imagem esteja nos selos da República, nas paredes da cidade, nos trajes, nos quartos de dormir, na sala de jantar e na casa de banho dos costa-pratenses. Ordenai aos poetas que louvem os meus feitos, que honrem meu pai e minha mãe e mais os meus irmãos e irmãs e os meus tios e tias e primos e primas, se forem honrados e seguirem as leis do país (idem, p. 105-6).

Por outro, à perseguição a “todos os revisionistas, fraccionistas e oposicionistas”; “persegui com tenacidade e esmero as suas famílias, amigos e conhecidos, porque a erva ruim é mais difícil de exterminar” (idem, p. 106).

Depois deste sonho vem um pesadelo, dominado por um polvo, cujos tentáculos se transformam “em serpentes de fogo e depois em fantasmas. Eram dez e chamavam-se pobreza, subnutrição, ditadura, neocolonialismo, subdesenvolvimento, ignorância, corrupção, endemia, superstição e indolência” (idem, p. 107). Uma tal alegoria não altera sobremaneira a orientação distópica do sonho anterior. Subsiste assim a uniformização e o esmagamento do indivíduo:

Davi voltou a visitar os seus companheiros e correligionários. Estavam ocupadíssimos com as tarefas nacionais. Esmeravam-se a desenhar o novo perfil da cidade, com ruas simétricas e

casas vazias e todas idênticas para o Partido encher de operários, segundo um programa de felicidade colectiva (idem, p. 107).

O mesmo acontece com o culto da personalidade e a corrupção:

Estabeleciam verbas, faziam listas de pessoas e de coisas, promoviam parentes e amigos, elevavam alcovas ao nível de chancelarias, viajavam pelas grandes capitais do mundo, perguntavam-se se os bancos suíços eram tão sigilosos quanto se pretendia e constituíam-se herdeiros dos tesouros e do espólio colonial abandonado (idem, p. 107).

O tom satírico é idêntico, apoiando-se com frequência na paródia bíblica e eucarística:

Juravam fidelidade ao Presidente e ao Governo, recebiam com o breviário do Partido um comprimido das mãos de Davi e engoliam-no estoicamente, a seco, antes de receberem a pasta do seu cargo. O gesto era acompanhado de uma palmada no ombro e um segredo no ouvido esquerdo; depois os eleitos beijavam-lhe os pés e sentavam-se mergulhando em recolhimento de comungantes (idem, p. 108-9).

Um último exemplo da presença de elementos distópicos em *Os anões e os mendigos* pode ser a Máquina, que “De início parecia um foguetão, um pénis, segundo os oposicionistas malandros, e depois de várias metamorfoses ganhou finalmente a forma bizarra de um enorme rolo compressor vermelho, com possantes tentáculos” (idem, p. 130). Neste caso, a alegoria — que não dispensa a alusão satírica ao mausoléu de Agostinho Neto, mas vai muito mais longe — assume um estilo próximo da ficção científica, à semelhança do que já acontecia na peça do autor, *A pele do diabo*, publicada em 1977, mas com uma versão inicial feita na década anterior. Essa Máquina, “uma das grandes realizações da solidariedade internacionalista”, “iria permitir ao país andar mais depressa e os caminhos do Progresso seriam assim mais curtos”, na medida em que, “Como um Deus, fazia e previa tudo” (idem, p. 130). Além disso, o consumo de energia era nulo, uma vez que a Máquina se alimentava de slogans, competindo ao Partido fabricá-los (idem, p. 132).

Para além destes casos, o romance apresenta outros sinais de distopia, mais difusos, em passagens descritivas marcadas por forte investimento estilístico. Veja-se a sugestão pós-apocalíptica que resulta da

imagem que dá conta da secura da terra na zona fronteiriça que separa a Costa da Prata da República do Cobalto:

Mais além estende-se a terra seca, curtida como velha pele fendida e bordada, à maneira de um pulmão devastado pelo cancro (idem, p. 12).

Ou a forma como Santos Lima capta a leitura do solo ressequido feita por uma multidão sedenta de deslocados da guerra:

Homens quase nus, debruçados sobre o chão, perscrutam-no em todos os sentidos, lendo no solo como num jornal censurado pelo despotismo da estiagem, os anúncios secretos transmitidos pelas raízes oprimidas e pelos tubérculos ocasionais, os indícios de água refugiada, a rede clandestina de pequenos roedores (idem, p. 13).

Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas creio que já é possível responder à pergunta formulada no título deste trabalho. Contra o que possa parecer numa leitura apressada, não estamos perante um romance à *clef*. Embora seja inegável que muitas personagens, a começar pelo protagonista, lembram figuras históricas do passado-presente angolano, é inegável também que Manuel dos Santos Lima soube investi-las — a elas e aos restantes elementos narrativos — de uma dimensão alegórica que permite que o romance ultrapasse um tempo, um espaço e uma factualidade concretos. Por outro lado, os traços distópicos que é possível identificar em *Os anões e os mendigos* não fazem dele uma distopia: em parte por causa do modelo ficcional e do compromisso com um verosímil próximo do mundo atual; em parte porque o autor, diferentemente do Pepetela de *A geração da utopia*, não reconhece aos movimentos dos seus atores a desculpa de um ideal utópico que possa ser contraditado por uma distopia.

Sobra a sátira e o seu vasto acervo de recursos, umas vezes cómicos, quase sempre amargos e trágicos. Esperemos que o tempo ainda venha a dar razão ao Doroteu da “Epístola a Critilo”:

Este, ó Critilo, o precioso efeito
dos teus versos será: como em espelho,
que as cores toma e que reflete a imagem,
os ímpios chefes de uma igual conduta
a ele se verão, sendo argüidos
pela face brilhante da virtude,
que, nos defeitos de um, castiga a tantos.

Lições prudentes, de um discreto aviso,
no mesmo horror do crime, que os infama,
teus escritos lhes dê. Sobrada usura
é este o prêmio das fadigas tuas. (Gonzaga, 1957, p. 188).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA sagrada para o terceiro milénio da encarnação. 4. ed. Coordenação geral de Herculano Alves. Lisboa; Fátima: Difusora Bíblica; Franciscanos Capuchinhos, 2003.

BOOKER, M. Keith. *Dystopian literature: A theory and research guide*. Westport: Greenwood Press, 1994.

GONZAGA, Tomás António. *Obras completas de Tomás Antônio Gonzaga*: I: Poesias; Cartas chilenas. Edição crítica de M. Rodrigues Lapa. Rio de Janeiro: MEC; INL, 1957.

LIMA, Manuel dos Santos. *Os anões e os mendigos*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

VIEIRA, Fátima, ed. *Dystopia(n) Matters: On the Page, on Screen, on Stage*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

Data de recebimento: 31 de dezembro de 2015

Data de aprovação: 30 de maio de 2016